



ATA N.º 4/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2020
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 29 DE JUNHO DE 2020

-----No dia 29 de junho de 2020, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;**
- **PONTO 2 - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2019 do Município de Lagos;**
- **PONTO 3 - Informação escrita do Presidente da Câmara no âmbito do Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19.**

-----**NOTA PRÉVIA:** Tendo em consideração a atual conjuntura pandémica que se vive em Portugal, foi produzido um conjunto de legislação específico relacionado com a situação, pelo que tendo em consideração as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, em vigor, a Comissão Permanente, reunida no dia 16 de junho de 2020, deliberou que a Sessão Ordinária de junho/2020, se realizasse neste dia, 29 de junho de 2020, nos seguintes termos: - Número de Deputados Municipais presentes na Sessão - 14: - Pelo Grupo Municipal do PS - 8 Deputados Municipais (3 - Mesa, 1 - Coordenador do Grupo Municipal, ou outro por si a designar, e os 4 Presidentes das Juntas de Freguesia, que se podem fazer substituir); - Pelos Grupos Municipais LCF, do PSD, da CDU, do CDS, do BE e PAN - 1 Deputado Municipal/cada (Coordenador(a) do Grupo Municipal, ou outro por si a designar). - Número de Membros da Câmara Municipal presentes na Sessão - 1: - Presidente da Câmara Municipal. Mais deliberou a Comissão Permanente o seguinte: - Que a Sessão se realizasse sem a presença de público, ao abrigo do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, porém o cidadão que pretendeu solicitar esclarecimentos, versando assuntos relacionados com o Município, pôde fazê-lo através de e-mail enviado aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal, até às 17 horas do dia 26 de junho de 2020, constando tal “intervenção” na presente Ata; - Que não fossem aprovadas Atas de reuniões anteriores; - Que a Sessão fosse transmitida na internet, através do canal da Assembleia Municipal no YouTube. A não presença dos restantes Deputados Municipais, efetivos, na Sessão, fica automaticamente justificada.-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 50



Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro	Sessão	Manuela José Goes F. Silva

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Tesoureiro da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).



-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicados:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Assembleia Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente Ata.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOM DO MEMBRO	SESSÃO
CDS	Artur José Gomes Rêgo	abril/2020

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,** a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----**MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTEVE PRESENTE NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente

-----**VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA SESSÃO, DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DA MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente



Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiros Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA:** A justificação para a ausência dos Membros da Câmara Municipal, está plasmada na Nota Prévia, disposta no início da presente Ata.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:**

-----Ao abrigo do n.º 2 do Artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, a presente Sessão foi realizada sem a presença de público, porém foi dada oportunidade para que os Municípes pudessem participar no Período de Intervenções do Público, previsto no Regimento em vigor da Assembleia Municipal, para solicitar esclarecimentos que entendessem, versando assuntos relacionados com o Município, através de e-mail enviado aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal.-----

-----Assim, o Sr. Marco Paulo Vicente de Oliveira, fez chegar aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal a seguinte intervenção: “Exmos. senhores. Uma vez que não é possível fazer estas questões presencialmente em reunião da Assembleia Municipal, serve este e-mail para questionar o Senhor Presidente Hugo Pereira. Existe algum gabinete (estrutura municipal) de acompanhamento da pandemia por COVID1-9 a nível municipal? Se sim, quem são os elementos constituem o gabinete? Quais são as suas funções? Que que tipo de trabalho desenvolveram relativamente a “festa ilegal” de Odiáxere”? Porque que só passado uma semana a população fui informada pela comunicação social desta situação da “festa ilegal” que provocou um surto no município de casos ativos por COVID-19? Porque não fui comunicado o relatório diário no Facebook do Município desde dia 13/06/2020? Porque não fui comunicado pelo Município desta situação, já que as autoridades policiais foram chamadas, logo existe um registo desta situação? Que medidas para controlar este surto estão a ser tomadas pelo Município? Caro Senhor Presidente Hugo Pereira, como é possível passar uma semana depois de ser detetado uma “festa ilegal” com mais de 100 pessoas e a população não ter sido informada para se proteger? Não estou a culpar o executivo municipal de pela “festa ilegal”, a culpa dessa festa é dos que organizaram e de todos os que estiveram envolvidos de alguma forma, incluído todos, todos, os participantes! Estou a perguntar como é que eu, como cidadão que tenta acompanhar toda a informação institucional municipal não tive conhecimento para me proteger a mim e aos meus? Será que existiu algum comunicado que me escapou? Onde está e quando foi publicado? Pois, mesmo, o relatório diário que o município publicava diariamente esta situação não se reflete, e desde dia 12/06/2020 o mesmo não é publicado! Porquê? Senhor Presidente Hugo Pereira, o senhor estava a fazer um bom trabalho nos últimos meses mantendo a população informada e transmitindo uma sensação de segurança! Mas com esta falta



de informação e omissão, vejo que não posso confiar em si nem no seu executivo, pois escondeu informação fundamental aos seus concidadãos! Senhor Presidente Hugo Pereira, aguardo as suas respostas diretas e não politizadas! Aos restantes membros desta Assembleia pergunto o que vão fazer para proteger e informar a população? Sejam diretos!”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o mais importante que tinha sido feito em relação ao surto de Covid-19, que surgiu em Lagos, tinha sido a realização de testes à população no sentido de limitar o circuito de contágio. Referiu que o trabalho a desenvolver, numa primeira fase, relacionado com testes efetuados, tanto pela Câmara Municipal como por privados, estava concretizado, sendo que a segunda fase era tentar perceber o efeito negativo que a festa que esteve na base do surto, teve e iria ter, na economia do Concelho e da Região. Disse ainda que a terceira fase deste processo estava a ser desenvolvida pelas autoridades competentes, no sentido de serem apuradas responsabilidades e punir os responsáveis que levaram à situação. Referiu ter a noção de que o mês de julho e o próprio ano de 2020, ia ser muito complicado, tendo este surto agravado a situação. Informou que estava a ser preparada uma campanha no sentido de voltar a dar bom nome ao Concelho de Lagos, mostrando que o surto não deveria ter acontecido, tratando-se de uma situação pontual. Lembrou que enquanto não existir uma vacina, ou um tratamento, para a Covid-19, situações de surto são passíveis de se verificar, com frequência, em qualquer lugar do Mundo, na sequência de descuidos e de irresponsabilidades e o que tem que ser feito, quando tal situação se verificar, é o que aconteceu em Lagos, ou seja, rapidamente tentar parar a cadeia de transmissão da doença, envolvendo todos os intervenientes, públicos e privados, da sociedade. Disse que Lagos deu, no início do confinamento, uma boa prova que estava preparada para se prevenir no sentido de não registar casos de Covid-19, mas também demonstrou que estava preparada para reagir rapidamente, ao surgimento de casos de Covid-19 no Concelho. Terminou informando que a Câmara Municipal iria remeter à Assembleia Municipal, por escrito, a resposta a dar ao Município.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que era importante que a Assembleia Municipal, antes de enviar a resposta que a Câmara iria remeter para a Assembleia Municipal, para o Município, desse a sua opinião sobre o assunto, conforme solicitado pelo Município.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**

-----Foi dispensada a leitura da correspondência recebida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 136/2020 a 164/2020, inclusive.-----

-----Foi dispensada a leitura da correspondência expedida, uma vez que tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, uma listagem da mesma, com os registos sob os números 122/2020 a 159/2020, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma conquista de Abril e que a Constituição da República portuguesa, proclama que “todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover” e que o direito à proteção da saúde é realizado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendencialmente gratuito”. Tem sido publicamente reconhecido e saudado o papel insubstituível do SNS na resposta ao surto epidémico, onde se comprovou que é o único capaz de garantir o direito à saúde dos portugueses; Está em marcha uma grande operação contra o SNS, desencadeada pelos grupos económicos que se dedicam ao negócio da doença e que, a pretexto dos atrasos verificados no tratamento de outras patologias, se posicionam para ficar com a recuperação de milhares de cirurgias, exames de diagnóstico e tratamentos; O que se impõe hoje, não é questionar a capacidade do SNS responder às necessidades do povo na prestação de cuidados, mas sim reforçá-lo no plano financeiro, nos recursos humanos e dos equipamentos; Urge implementar um Plano de Emergência que reforce e defenda um Serviço Nacional de Saúde, de todos e para todos. Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 29 de junho de 2020, delibere: 1. Insistir junto do Governo para a implementação urgente de um Plano de Emergência para reforçar o SNS, através nomeadamente de: a) o reforço significativo do financiamento do SNS no Orçamento Suplementar para 2020 em discussão na Assembleia da República; b) o recrutamento dos profissionais em falta nos serviços do SNS e a sua valorização profissional, salarial, das carreiras e terminar com a precariedade dos vínculos laborais; c) o aumento do número de camas de agudos e de cuidados intensivos; d) alargar o número de camas de cuidados continuados e paliativos; e) o início de formação de especialização para todos os médicos em condições de iniciarem essa especialização; f) o reforço da estrutura de saúde pública que se mostrou fundamental no combate ao surto epidémico; g) a constituição de uma reserva estratégica de medicamentos e equipamentos de proteção individual. 2. insistir junto do Governo pela construção do novo Hospital de Lagos como parte integrante do Serviço Nacional de Saúde, respondendo aos anseios e necessidades há muito anos sentidos pelas populações, pelas autarquias locais e por esta assembleia municipal. E respeitando a decisão da Assembleia da República que aprovou recentemente quatro projetos de resolução pela construção do novo hospital de Lagos, na sequência da discussão da petição pública promovida pela Assembleia Municipal de Lagos. 3. Enviar esta moção para: Presidente da República; Assembleia da República; Governo; Grupos Parlamentares da Assembleia da República e comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que se estava a viver uma situação de pandemia e nenhum sistema nacional de saúde estaria preparado para enfrentar a atual pandemia. Referiu que todos, mas mesmo todos, muito têm trabalhado para suprimir a pandemia, nomeadamente a população de Lagos, a Direção Geral de Saúde, e a Câmara Municipal. Disse que os problemas surgem, mas vão sendo resolvidos e os erros servem para que se aprenda alguma coisa. Disse que mais do que nunca era exigido o esforço ao Governo e a todos, no sentido de ser reforçado



o Serviço Nacional de Saúde, em termos de recursos humanos, formação e recursos físicos. Sobre o Hospital de Lagos, disse que era um assunto que a todas as forças políticas dizia respeito, assim como a todos os cidadãos de Lagos. Referiu que o assunto da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU é uma preocupação do Governo do Partido Socialista, pelo que anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do BE na Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. Disse que a pandemia da Covid-19, demonstrou que o Serviço Nacional de Saúde faz falta a todos. Em relação ao novo Hospital de Lagos, disse que a construção do mesmo há muito que era uma reivindicação de Lagos.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 28/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Em 27 de setembro de 2010 a Assembleia Municipal de Lagos, na comemoração do centenário da República, aprovou por unanimidade a proposta da CDU de recomendação à Câmara Municipal para colocação nos antigos Paços do Concelho de uma placa homenageando a primeira Câmara Municipal republicana do Concelho. Não tendo sido dado cumprimento a esta recomendação, a CDU reiterou em 2019 a proposta, a ser integrada na comemoração dos 110 anos da república, que foi novamente aprovada por unanimidade e que se transcreve: “PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA NO MUNICÍPIO DE LAGOS. A Memória de um povo deve ser preservada como lembrança importante de factos e vivências que não podem e não devem ser descartadas. NÃO REALIZAR ESTA OBRIGAÇÃO CÍVICA, constitui o fator principal para a formação de sociedades de esquecimento. Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lagos aprovou em 27 de setembro de 2010, por unanimidade, uma proposta apresentada pelo eleito da CDU, que transcrevemos: A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do Povo Português que importa assinalar. A Primeira República foi proclamada a 5 de outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa. O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso. Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a ação de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX. Os contributos dos revolucionários



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de janeiro de 1891, contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal. Em Lagos nas eleições municipais de 1 de novembro de 1908, registou-se a vitória do Partido Republicano na eleição para a Câmara Municipal, sendo o único concelho do Algarve em que tal sucedeu. Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória. Na Constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores. A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do Século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes. Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926 – 1974) permaneceram vivos na memória do Povo Português como ato de libertação, e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu objetivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir. A Assembleia Municipal de Lagos reunida a 27 de setembro delibera: 1 - Saudar o Centenário da República e todos aqueles que contribuíram para a sua implantação. 2 - Homenagear a primeira Câmara Municipal de Lagos eleita pelo Partido Republicano em 1 de Novembro de 1908, com a colocação de uma placa a colocar no Edifício dos antigos Paços do Concelho, durante o ano comemorativo do centenário, na qual conste o nome de todos os membros eleitos para a Câmara Municipal. Considerando que até a esta data a Câmara Municipal de Lagos não deu cumprimento a esta recomendação da Assembleia Municipal e dado que em 2020 se comemoram os 110 anos da implantação da República Portuguesa, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal reunida a 30 de setembro de 2019, delibere recomendar novamente à Câmara Municipal de Lagos: 1. Elaborar um Programa Comemorativo dos 110 anos da Implantação da República Portuguesa; 2. Homenagear a primeira Câmara Municipal de Lagos eleita pelo Partido Republicano em 1 de novembro de 1908, com a colocação de uma placa no Edifício dos antigos Paços do Concelho, na qual conste o nome de todos os membros eleitos para essa Câmara Municipal. 3. Dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal e aos órgãos de comunicação social. Lagos 30 de setembro de 2019.” Os eleitos da CDU: Considerando que se aproximam as comemorações dos 110 anos da implantação da República, os eleitos da CDU propõem mais uma vez que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 29 de junho delibere recomendar à Câmara Municipal que dê cumprimento a: 1 - Homenagear a primeira Câmara Municipal de Lagos eleita pelo



Partido Republicano em 1 de novembro de 1908, com a colocação de uma placa no Edifício dos antigos Paços do Concelho, na qual conste o nome de todos os membros eleitos para essa Câmara Municipal. 2 - Dar conhecimento desta deliberação à Câmara Municipal e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a apresentação da Recomendação.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Grupo Municipal do PS se congratulava com apresentação da Recomendação em apreciação.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) leu a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “O PAN lamenta que em Lagos sejam possíveis situações como a que ocorreu no gatil conhecido por FERRY CATS, e que consistiu no ataque propositado a gatos de rua por parte de cães treinados para esse efeito. Não são casos únicos, infelizmente. Existem relatos de cães atacarem pessoas e animais de diversas espécies neste concelho, com diversas queixas nas autoridades policiais. Há um problema com criação ilegal de cães, animais que passeiam sem trela e que são um perigo para muitas pessoas. Estas situações precisam de regulamentação, e é nesse sentido que o PAN propõe que: - seja criado um Regulamento Municipal de Proteção Animal, e que para esse efeito seja criado um grupo de trabalho. Recomenda ainda o PAN, que esta recomendação seja enviada à comunicação social.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) anunciou o voto a favor do Grupo Municipal do PS na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN. Disse que o Grupo Municipal do PS lamentava todos os maus tratos a animais. Referiu já existir legislação sobre o assunto em causa, que tem de ser cumprida. Disse que a Câmara Municipal há muito que se preocupa com os animais, sendo Lagos um dos poucos Concelhos algarvios com canil municipal e, possivelmente, o único que tem um cemitério para animais.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse haver legislação própria para os animais, mas por vezes os donos dos mesmos são mais perigosos que os próprios animais. Relativamente ao local onde foi verificado o ataque a gatos por parte de cães, disse que a Câmara Municipal devia tomar providências no sentido de serem fiscalizadas as autocaravanas que parqueiam no local. Sugeriu que o local em causa fosse interdito às autocaravanas e que fosse sinalizado a existência da colónia de gatos.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que os animais são obrigados a circular de trela na via pública, mas não vê a Câmara Municipal atuar nesse sentido, pelo que, apesar da legislação e regulamentos existentes, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN, fazia todo o sentido.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU nada tinha contra a criação do Regulamento proposto pelo Grupo Municipal PAN, no entanto considerava que não era a criação de tal Regulamento que iria resolver as situações, uma vez já existir leis para tal. Sugeriu que fosse acrescentado na



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Recomendação em apreciação, fosse incluído um parágrafo a recomendar às forças de segurança do Concelho, uma maior atenção aos animais que circulam na via pública sem coleira, sem trela e sem açaimo. Disse que o texto da Recomendação refere que se torna perigoso para as pessoas, mas o que é recomendado é que seja feito um Regulamento para os animais.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) cumprimentou o Grupo Municipal PAN pela oportunidade da Recomendação apresentada, uma vez que situações desagradáveis com animais, têm sido frequentes. Disse concordar com a sugestão do Grupo Municipal da CDU, uma vez que as leis têm que ser aplicadas.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que aceitava a sugestão do Grupo Municipal da CDU, pelo que anunciou que acrescentava o seguinte parágrafo, no final na Recomendação: “que as autoridades policiais reforcem a vigilância e atuem no estrito cumprimento da legislação em vigor”. Referiu que muitas vezes as forças policiais são chamadas e depois dizem que não têm base regulamentar para atuarem, razão pela qual o Grupo Municipal PAN entende que o Regulamento proposto, faz falta, sendo um instrumento que irá servir também para a Polícia Municipal.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que é fundamental responsabilizar os donos dos animais que provocam distúrbio e que não cumpram a lei.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “O PAN lamenta que em Lagos sejam possíveis situações como a que ocorreu no gatil conhecido por FERRY CATS, e que consistiu no ataque propositado a gatos de rua por parte de cães treinados para esse efeito. Não são casos únicos, infelizmente. Existem relatos de cães atacarem pessoas e animais de diversas espécies neste concelho, com diversas queixas nas autoridades policiais. Há um problema com criação ilegal de cães, animais que passeiam sem trela e que são um perigo para muitas pessoas. Estas situações precisam de regulamentação, e é nesse sentido que o PAN propõe que: - seja criado um Regulamento Municipal de Proteção Animal, e que para esse efeito seja criado um grupo de trabalho; - que as autoridades policiais reforcem a vigilância e atuem no estrito cumprimento da legislação em vigor. Recomenda ainda o PAN, que esta recomendação seja enviada à comunicação social.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN: “O PAN considera lamentável que tenha sido possível realizar uma festa no Clube Desportivo de Odiáxere, com aquela dimensão no período em que nos encontramos, e que as autoridades não tenham sido capazes de a impedir. Para que situações destas não se repitam, o PAN recomenda que: - as associações sejam impedidas de alugar os seus espaços, até a situação da pandemia COVID 19 estar controlada. O PAN aproveita esta ocasião para reconhecer o bom trabalho que a DGS Algarve fez ao nível do controlo dos casos, identificação e isolamento das pessoas infetadas. Recomenda ainda o PAN que esta recomendação seja enviada à comunicação social.”-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a festa em causa, tinha acontecido já em



data onde se verificava um desconfinamento do estado de calamidade, no entanto continuava interdita a organização de eventos com mais de dez pessoas. Referiu que o que aconteceu não deu uma boa publicidade a Lagos, verificando-se prejuízos económicos elevados. Disse esperar que a investigação que estava a decorrer, produzisse os seus efeitos, punindo os responsáveis pela situação.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) lembrou que não era o facto da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal PAN ser aprovada que as Associações são impedidas de alugar os seus espaços até à situação da pandemia Covid-19, estar controlada. Disse existir legislação própria para o efeito e uma responsabilidade individual e coletiva, para que se cumpra a lei, estando a mesma bem divulgada.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a Assembleia Municipal não tinha poder sobre as várias associações existentes no Concelho, de maneira a impedir o aluguer dos seus espaços. Referiu que a pandemia Covid-19, veio clarificar que todos dependem de todos, até para a própria saúde.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	1	0	-	0	1	2
ABSTENÇÕES	0	1	0	1	-	1	0	3
VOTOS CONTRA	8	0	0	0	-	0	0	8

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/AM/2020**

-----**Reprovada**, por maioria, a Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal PAN.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Durante o Estado de Emergência Nacional houve isenção do pagamento do estacionamento de superfície na cidade de Lagos. A partir de junho começaram a cobrar e a multar os carros que transgrediam no tempo de estacionamento. Apesar do Estado de Emergência Nacional ter terminado, o “estado de emergência local”, tanto social como económico, mantém-se e inclusive agravou-se. Consideramos uma questão de sensibilidade social e respeito pela situação difícil em que muitos lacobrigenses, cidadãos privados e comerciantes, se encontram o prolongamento da isenção atrás referida até pelo menos ao fim de julho de 2020. Assim, propomos à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que tome medidas urgentes neste sentido.”-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que a medida proposta pelo Grupo Municipal do PSD tinha sido implementada pela Câmara Municipal, através da empresa municipal Lagos-em-Forma, até há pouco tempo e recolhia a concordância do Grupo Municipal do PS, uma vez que se tratava de uma boa medida, na sequência das boas medidas que a Câmara Municipal tinha vindo a adotar desde o início da pandemia Covid-19.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que o assunto colocado pelo Grupo Municipal



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

do PSD era pertinente e anunciou que o Grupo Municipal do BE iria votar a favor da Moção em apreciação.-----

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que o Grupo Municipal PAN, dada à atual conjuntura de pandemia Covid-19, concordava com o recomendado pelo Grupo Municipal do PSD, uma vez que considerar a medida proposta um incentivo para atrair mais pessoas ao centro da cidade. Referiu ainda que a medida poderia ir até ao fim do mês de agosto de 2020.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a situação deve ser avaliada mês a mês, pelo que se for necessário a medida poderá e deverá ser prolongada no tempo.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 32/AM/2020**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) leu a seguinte Declaração Política: “O PSD Lagos não pode deixar de lamentar a falta de reação política e o conseqüente tirar de conseqüências por parte da direção do Clube Desportivo de Odiáxere e da própria Junta de Freguesia de Odiáxere no triste episódio da festa ilegal que decorreu nas instalações do clube. As coisas não acontecem por acaso e a permanente promiscuidade entre titulares de cargos autárquicos executivos e as cúpulas das Associações desportivas e culturais do Concelho mais uma vez se mostrou dramaticamente nociva para a população de Lagos. A falta de transparência e a tentativa vã de acobertar os factos que são do conhecimento geral, assim como o alijar de responsabilidades no ocorrido no dia 7 de junho passado entre outras situações que nos são relatadas pelos fregueses de Odiáxere, vem provar sem que restem dúvidas que é impossível do ponto de vista ético e até moral defender os interesses da população quando os mesmos conflituam com os das instituições, ou melhor de quem a dada altura as dirige. Ao bom estilo Platónico o povo lacobrigense tem vivido na caverna socialista e é obrigado a interpretar as sombras que os senhores autarcas entendem lhes mostrar. A transparência de processos e o interesse público ficam pelo caminho. Como é o caso do Clube Desportivo de Odiáxere, gerido à moda de clã familiar, onde a linha entre responsáveis pela associação, funcionários, executivo da Junta de Freguesia e autarquia, é ténue, esbatida e confusa. Por tudo o exposto consideramos estes factos graves, e infelizmente a realidade veio dar-nos razão. A bem da ética na política, da transparência de procedimentos e da salvaguarda do bom nome de uma instituição com várias décadas de história ao serviço da população de Odiáxere e do Concelho, tenham os responsáveis políticos a coragem e frontalidade para acabar com este estado de coisas. Como medida preventiva e visto que a atual direção do clube, não estando à altura da instituição nem da gestão dos equipamentos desportivos postos pela autarquia à sua disposição, e considera até ao momento que não se deve demitir, propomos à Câmara Municipal de Lagos que passe com a devida urgência a gestão dos equipamentos desportivos de Odiáxere para o controlo da Lagos-e-Forma, EM, entidade que gere todos os equipamentos desportivos do município e que tem nos seus quadros gente qualificada para o efeito.”-----



-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que apesar das instalações onde desenvolve a sua atividade o Clube Desportivo de Odiáxere pertencerem à Junta de Freguesia de Odiáxere, a gestão do clube é feita pelo órgão diretivo do mesmo. Referiu que o facto de quererem ligar o Executivo da Junta de Freguesia de Odiáxere ao que se passou no clube, pelo facto da Presidente da Direção ser a Secretária da Junta de Freguesia, não fazia sentido. Afirmou não ter tido qualquer conhecimento do que aconteceu nas instalações do clube antes de ter sido contactado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a dar-lhe a triste notícia na sequência da festa realizada no dia 7 de junho de 2020. Disse que o PSD está a fazer um aproveitamento político de um acontecimento triste. Referiu que as autoridades estão a averiguar o que se passou para se apurar os responsáveis por esta situação. Disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha realizado um trabalho inexecedível e exemplar, a todos os níveis, no sentido de travar a cadeia de contágio, realizando-se testes a cerca de dez por cento da população, conseguindo com tal ação controlar o surto. Referiu que a pandemia não é uma brincadeira e espera que todos tenham aprendido algo com a situação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o PSD não tinha sido eleito para julgar, quem tem isso a seu cargo é o Ministério Público. Referiu que o PSD desde o início que sempre fez parte do problema e não da solução, dado que a única coisa que fez foi julgar. Afirmou que o PSD demonstrou, neste processo, a sua baixeza, sendo a declaração lida, mais um exemplo de tal. Disse que desde o início o PSD tentou retirar aproveitamento político em vez de se preocupar com a situação, o que lamenta. Referiu que o Sr. Rui Araújo tinha lido um discurso que alguém lhe tinha dado para ler, sendo que esse alguém, desde o primeiro instante, tentou retirar aproveitamento político da situação, o que é, completamente, lamentável. Disse ser um engano quando o PSD diz que o PS quer controlar todas as instituições do Concelho, sendo prova disso o facto do Presidente da Concelhia do PSD Lagos ser presidente de uma IPSS do Concelho e o Vereador do PSD na Câmara Municipal ser presidente da direção de um clube de Lagos, sendo que, pelas palavras proferidas pelo Grupo Municipal do PSD, provavelmente os mesmos estão nas instituições para tirar proveito político de tal. Lamentado o que foi lido pelo Sr. Rui Araújo, disse que tinha a certeza que o mesmo não tinha ficado agradado com o que tinha lido, mas o estar na política, obriga a tal. Afirmou não haver qualquer ligação do Partido Socialista com o que aconteceu em Odiáxere, ao contrário do que o PSD gostava.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que no dia 8 de maio de 2020, o Grupo Municipal da CDU tinha enviado um requerimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de o mesmo solicitar informações à Câmara Municipal sobre o apoio à pequena e média agricultura familiar do Concelho, tendo a Câmara Municipal respondido ao requerimento, no dia 5 de junho de 2020, no entanto manifestou o desagrado em relação à resposta negligente por parte da Câmara Municipal, dado que a mesma apenas responde a uma questão do conjunto de questões colocadas por requerimento. Referiu ainda que a resposta enviada não é do



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Sr. Presidente da Câmara, mas sim de um membro do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal o que, na sua opinião, não é o correto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a posição lida é a do PSD. Esclareceu que o Sr. Presidente da Concelhia do PSD é Presidente da Mesa da Assembleia de uma IPSS, não tem cargo executivo. Referiu que o que leu fazia referência a cargos autárquicos executivos, com pelouro, e Órgãos de associações. Disse que o problema da justiça será resolvido na Justiça, mas perguntou quem ia tirar as consequências políticas do que aconteceu no Concelho na sequência da festa realizada nas instalações do Clube Desportivo de Odiáxere. Perguntou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere se mantinha a confiança política na Secretária da Junta de Freguesia.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que era bonito ouvir o PSD falar sobre ética e responsabilidade, quando os dois Membros eleitos pelo PSD para a Assembleia de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, a última vez que estiveram presentes numa Sessão da Assembleia de Freguesia, tinha sido em setembro de 2019. Referiu que o cabeça de lista do PSD para a Assembleia de Freguesia de São Gonçalo de Lagos tinha renunciado ao mandato, pelo que perguntou se o PSD não assumia nenhuma responsabilidade sobre tudo isto, uma vez que havia quase um ano que o PSD não tinha ninguém a defender os seus eleitores na Assembleia de Freguesia de São Gonçalo de Lagos. Afirmou que o PSD não estava a defender os seus eleitores, não apoiavam os seus eleitos, mas criticam tudo e todos.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) informou que a Sra. Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere, tinha apresentado a renúncia ao mandato no dia 25 de junho de 2020, pelo que não tinha que tirar a confiança política à mesma, uma vez que a própria, de sua iniciativa, renunciou ao mandato porque não queria ser um foco de instabilidade na Junta de Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que quando foi líder da concelhia do PSD marcou presença em todas as Assembleias de Freguesia, realizadas no Concelho e o atual presidente, tem estado presente na maior parte das Assembleias de Freguesia realizadas. Lembrou que o membro que deveria substituir o membro do PSD que renunciou ao mandato, na Assembleia de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, não tinha sido convocado, para tomar posse, de forma oficial. Agradeceu a informação prestada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que o membro do PSD tinha sido sempre devidamente convocado.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) agradeceu a informação dada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, relativamente à renúncia ao mandato da Sra. Secretária da Junta de Freguesia e perguntou quando e como vão os lacobrigenses ser informados sobre tal.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a informação referente à renúncia do mandato apresentado pela Sra. Secretária da Junta de Freguesia de Odiáxere, passou a ser pública a partir do momento em



que a comunicou na presente reunião da Assembleia Municipal.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi submetida à votação a Ordem do Dia para esta Sessão.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 33/AM/2020:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-629-15.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) começou por dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido pela mesma no âmbito da pandemia Covid-19. Disse que os prazos de pagamento, por parte da autarquia, a fornecedores, eram curtos e isso era muito bom para a economia das empresas. Referiu que tinha verificado que alguns restaurantes existentes no concelho, não cumpriam a lei em relação à lotação. Disse que durante o estado de emergência verificava a existências dos membros das forças de segurança nas ruas, no entanto o mesmo já não se verificava, pelo que espera que com a entrada em funcionamento da Polícia Municipal, muitas situações que se verificam na cidade passem a não se verificar, melhorando a imagem da cidade. Referiu que tinham sido iniciados os trabalhos de manutenção e limpeza da rede primária das faixas de gestão de combustível, por parte da Terras do Infante, pelo que gostava de saber como estavam a decorrer os trabalhos depois de se verificar o incêndio florestal que deflagrou no presente mês de junho na zona da Vilarinha. Questionou sobre o assunto das faturas da água, uma vez que desde março de 2020 que não é paga a conta da água. Perguntou como ia decorrer o Viver o Verão em 2020.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), em nome da CDU, saudou, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, todos os trabalhadores da autarquia que têm estado na linha da frente, desde o início da pandemia. Disse que a Biblioteca Municipal reabriu com o horário das 10 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, o que prejudica quem trabalha, pelo que perguntou para quando um horário para a Biblioteca Municipal que permita o livre acesso aos livros por parte de todos os cidadãos. Referiu que a Câmara Municipal tinha feito distribuição de máscaras comunitárias, no entanto o folheto distribuído com as mesmas não refere o número máximo de lavagens que as máscaras suportavam, nem dava a indicação de certificação das máscaras. Perguntou ainda se iria ser feita nova distribuição de máscaras comunitárias à população. Perguntou sobre as datas previstas para o arranque das obras das estradas da Praia da Luz e da Meia-Praia. Perguntou se o protocolo assinado entre a Câmara Municipal e os Caminhos-de-ferro, previa o encerramento do acesso à Meia-Praia, ao longo da linha do comboio, com rede, e se



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

sim quais iriam ser os acessos permitidos.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João) perguntou se existia data prevista para a requalificação dos arruamentos, em falta, em Bensafrim e Barão de São João. Chamou à atenção para a limpeza das principais linhas de água da União das Freguesias. Perguntou para quando a revisão do Plano de Pormenor de Bensafrim, uma vez que só tal revisão irá permitir a conversão de todas as edificações existentes em habitações dignas, de forma a dar resposta a todos os jovens que anseiam por uma oportunidade para se fixarem na sua terra natal. Disse que as habitações sociais precisam de ser monitorizadas, para que quem usufrui das mesmas fique sensibilizado para a importância da boa utilização das mesmas e dos espaços comuns/públicos. Enalteceu o trabalho dos bombeiros que estiveram a combater o incêndio florestal na Terras do Infante. Fez referência ao abatimento de duas vias, uma no Vale do Lobo e outra no Furadouro. Enalteceu o trabalho desenvolvido no âmbito da pandemia Covid-19 tanto pela Câmara Municipal como pelas forças de segurança.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) começou por expressar uma palavra de apreço à Câmara Municipal pelo esforço feito no sentido de conter o surto da Covid-19 provocado pela realização de uma festa, ilegal, no Clube Desportivo de Odiáxere. Perguntou sobre o ponto de situação da reestruturação orgânica da Câmara Municipal. Perguntou para quando estava prevista a revisão dos Planos de Ordenamento do Território. Solicitou informação sobre o núcleo museológico existente na estação dos Caminhos-de-ferro de Lagos.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) começou por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pelo trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal, no âmbito da pandemia Covid-19. Reforçou a questão da fatura da água, levantada pelo Grupo Municipal LCF.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Município, apesar do confinamento, não parou, continuou a desenvolver trabalho e isso estava plasmado na Informação em apreciação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as forças de segurança, numa primeira fase, estiveram a trabalhar no sentido de fazer cumprir o confinamento e por isso a presença nas ruas era mais notada, sendo que a partir do momento em que se entrou numa outra fase as mesmas foram para outras missões, apesar de estarem junto das populações sempre que seja necessário. Referiu que se a Polícia Municipal já estivesse implementada no terreno, seria uma mais-valia no que se refere ao cumprimento das normas da Direção Geral da Saúde. Sobre a gestão das redes primárias, disse que se tratava de um concurso feito no âmbito da Terras do Infante e estava a ser concretizado. Em relação ao fogo florestal que se verificou durante o mês de junho que abrangeu os Concelhos que compõem a Associação de Municípios Terras do Infante, disse que a causa do mesmo tinha sido um descuido numa limpeza por parte de um particular, mas o trabalho desenvolvido pela Associação de Municípios, em muito contribuiu para o sucesso do combate ao incêndio, que se tratou de um evento muito difícil de combater dadas as



complicadas condições atmosféricas que se verificaram nos dias da ocorrência. Aproveitou a ocasião para agradecer e elogiar todos os que participaram no combate ao incêndio e para informar que diversos Membros do Governo iam realizar uma visita ao local para se inteirar da situação. Sobre a conta da água disse que o Município tinha tomado a decisão de suspender a faturação da água a partir de março, até se verificar condições para que a mesma fosse retomada. Acrescentou que o mês de junho foi o mês que consideraram com condições para retomar as faturas da água, no entanto tal ainda está em cima da mesa para apreciação. Informou que a próxima fatura da água vai sair como uma fatura única, onde o consumo real será faturado, sendo que o valor mensal dos escalões multiplicado pelo número de meses a que corresponde a fatura, estando isento o primeiro escalão, por deliberação, unânime, da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que a fatura pode ser liquidada na sua totalidade ou em prestações. Disse que o programa Viver o Verão vai concretizar-se a partir do dia 1 de julho de 2020, com o respetivo plano de contingência. Referiu que todos os equipamentos municipais que já estavam abertos ao público tinham um plano de contingência e estavam também em teste, por isso o horário de funcionamento ao público da Biblioteca Municipal ser o das 10 horas às 16 horas, no entanto o alargamento do mesmo pode ser ponderado. Informou que a obra referente à estrada da Praia da Luz já tinha o visto do Tribunal de Contas, pelo que a previsão de arranque da mesma é o início do mês de julho de 2020, enquanto que a obra da estrada da Meia-Praia está a aguardar visto do Tribunal de Contas. Sobre as máscaras sociais disse que as mesmas ainda estão disponíveis para a população, nas Juntas de Freguesia, nos Mercados e no edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI e são distribuídas em número de três por cidadão, acompanhadas de um folheto informativo. Disse que as máscaras são todas certificadas e o recomendado é que as mesmas sejam lavadas, no máximo, cinco vezes. Sobre o protocolo entre as Infraestruturas de Portugal e o Município de Lagos, disse que o que estava em cima da mesa era um protocolo sobre a semaforização das passagens que atravessam a linha do comboio para acesso à Meia-Praia. Referiu já estar adjudicado um contrato para alcatroar uma série de artérias do Concelho. Disse existir um procedimento para a limpeza de bermas e de linhas de água. Sobre a revisão dos Planos de Ordenamento do Território, disse que o que está a ser trabalho é a adaptação do PDM às novas normas da lei dos solos e só depois disso é que vão ser equacionados os Planos de Ordenamento do Território que devem ser revistos. Disse que as Assistentes Social da Câmara Municipal têm o trabalho de acompanhar todos os que são utilizadores de habitações sociais municipais, no entanto alguma irregularidade detetada pelos Presidentes de Junta de Freguesia, devem ser comunicadas à Câmara Municipal. Informou que a reestruturação orgânica da Câmara Municipal estava em curso. Sobre o núcleo museológico dos Caminho-de-ferro, disse que está previsto realizar-se uma reunião entre os responsáveis do mesmo e a Câmara Municipal, para abordar o assunto. Terminou dizendo que enquanto estiver à frente dos destinos do Município, como Presidente da Câmara Municipal, nunca irá baixar os braços em prol de um Concelho a quem todos querem o bem.-----



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----A Sra. Margarida Maurício (PAN) disse que a água é um bem escasso e cabe a todos reduzir o consumo da mesma, de forma inteligente, pelo que tem dificuldade em entender como algumas rotundas do Concelho têm plantas que são regadas pela hora do almoço, com mangueira. Referiu que deveriam ser projetadas rotundas com vegetação que requerem menos água.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o núcleo museológico dos Caminhos-de-ferro tem carruagens de uma beleza extrema que deviam ser do conhecimento do público. Referiu não ter dúvidas sobre como vai ser faturada a água consumida nos meses em que não foram emitidas faturas, no entanto o problema tem a haver com os problemas de tesouraria que podem ser criados no seio de algumas famílias, que não escolheram endividar-se.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que as contas apresentadas, relativamente à água, tinham um saldo negativo de cerca de quinhentos e noventa e quatro mil euros, mas, pela interpretação que faz, é a de que a partir do momento que voltarem a ser emitidas faturas, o saldo deixa de ser negativo. Referiu que continuava a ver muito lixo junto aos contentores e às ilhas ecológica, pelo que se questionou o porquê desta situação, quando existem menos pessoas no Concelho.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o folheto que acompanha as máscaras sociais que a Câmara Municipal distribuiu pelos munícipes, não tem indicação que as mesmas são certificadas, nem indica o número de vezes que a máscara pode ser lavada, pelo que sugeriu que o mesmo fosse alterado, caso se verifique uma nova distribuição de máscaras sociais, por parte da Câmara Municipal, aos munícipes.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que existem rotundas em Lagos que têm vegetação que ainda é regada por mangueira, uma vez serem antigas e na altura não ter sido instalado um sistema de rega, no entanto as mesmas irão ser alvo de uma intervenção, no sentido de se reduzir o consumo de água. Sobre o núcleo museológico dos Caminhos-de-ferro, disse que o novo dono do edifício da antiga estação da CP tem intenção de requalificar a zona e nessa requalificação até pode ser incluído um núcleo museológico aberto ao público. Sobre o facto da situação de lixo colocado fora dos contentores, disse que a mesma pode ter vários motivos, mas normalmente é por falta de civismo por parte das pessoas. Relativamente ao saldo negativo de tesouraria, disse que o mesmo se deve às medidas tomadas pela Câmara Municipal, no âmbito da pandemia Covid-19.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2019 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:**

Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-629-17.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que as contas apresentadas pela Câmara Municipal eram transparentes e os documentos demonstravam que o trabalho



desenvolvido pela Câmara Municipal no ano de 2019, tinha sido árduo. Referiu que o Concelho de Lagos, dado à sua beleza natural e localização, consegue criar uma receita invejável. Disse que o Grupo Municipal LCF se congratulava com tal facto, e que estava ciente que, infelizmente, o mesmo, quase de certeza, não se iria verificar em 2020, dadas as circunstâncias relacionadas com a pandemia Covid-19. Referiu o fraco desempenho da execução orçamental, relativamente ao investimento municipal. Disse que mais uma vez o Revisor Oficial de Contas chama à atenção para contabilização do imobilizado corpóreo e incorpóreo e bens do domínio público e isso tem influência nas contas apresentadas.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que Lagos é um Concelho invejável e por isso a Câmara Municipal consegue arrecadar boas receitas, como foi referido na intervenção do Grupo Municipal LCF, no entanto lembrou que tal facto encarece a vida de quem vive no Concelho e faz com que as famílias de médio e baixo rendimentos não tenham acesso a habitação a um custo digno, uma vez existir uma elevada especulação imobiliária, para a qual não existe uma política pública para compensar tal facto. Referiu que a Câmara Municipal está rica, mas as pessoas que vivem no Concelho de Lagos, são mais pobres do que noutros Concelhos. Perguntou que medidas estava a Câmara Municipal a preparar no sentido de resolver os problemas relacionados com a falta de habitação em Lagos. Disse que as contas apresentadas eram transparentes, sendo que o Revisor Oficial de Contas mencionava duas reservas, uma relacionada com o registo do património municipal e a outra com a contabilização das parcerias público-privadas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que uma situação gravíssima que se vai verificar, num futuro próximo, é a do desemprego e isso é preocupante, devendo ser desenvolvidas medidas neste âmbito.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que, tendo em consideração as intervenções que lhe sucederam, não havia muito mais a acrescentar, a nível de elogios aos documentos apresentados pela Câmara Municipal. Referiu que os documentos em apreciação refletiam as boas contas da Câmara Municipal, a boa gestão financeira, a obra, o investimento e os apoios sociais que o Programa do Partido Socialista tinha plasmado no seu programa eleitoral apresentado nas últimas eleições autárquicas. Disse que os documentos apresentados eram claros e esclarecedores demonstrando que o Partido Socialista faz obra, concretiza o seu Programa eleitoral, e tem contas certas, que permitem que, no presente, possa dar os apoios necessários na sequência da pandemia Covid-19.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o atual Partido Socialista é o mesmo Partido Socialista que há uns anos deixou a Câmara Municipal numa péssima situação financeira, pelo que apesar da situação, atual, ser positiva, no seguimento do grande esforço feito e do bom trabalho, não pode ser esquecido o passado.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o que estava em apreciação era o Relatório de Contas respeitantes ao ano de 2019 e foi sobre esses documentos que se pronunciou, anteriormente, acrescentando que o Partido Socialista não esquecia o passado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse ser opinião



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

unânime que as contas apresentadas eram transparentes. Sobre as reservas apontadas pelo Revisor Oficial de Contas, não são novas, uma vez que as mesmas tinham já sido apresentadas em anos anteriores, mas que não se traduzem num impacto negativo nas contas do Município. Referiu que o imobilizado de uma Autarquia é diferente do imobilizado das empresas, e muito mais difícil de registar, em termos contabilísticos. Em relação às parcerias público-privadas disse que sempre deu indicações para que os números relacionados com as mesmas constassem nas contas do Município. Acrescentou que o que existe é um contrato de arrendamento entre o Município e quem construiu os equipamentos, sendo que no final do contrato, e pagas todas as rendas, os equipamentos passam para a Câmara Municipal, sem mais custo, ao contrário do que alguns Grupos Municipais tentam transmitir para a opinião pública. Sobre a criação de habitação social, disse que o Programa eleitoral do PS apontava para a construção de cento e cinquenta fogos, mas tem consciência que as necessidades são muito maiores. Referiu ainda que o mercado habitacional tem que funcionar e que a Câmara Municipal tem trabalhado no sentido de encontrar parceiros para colaborarem com a Câmara Municipal com a intenção de colmatar as necessidades a nível da habitação.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a Câmara Municipal não pode construir habitação para todos, por isso o Grupo Municipal tem, repetidamente, questionado sobre a revisão dos Planos de Ordenamento do Território, uma vez que a política de solos que tem vindo a ser seguida pela Câmara Municipal, estava errada, uma vez que acentua o problema da especulação, sendo que os Planos existentes protegem a especulação e não protegem o acesso à habitação, por parte de quem vive no Concelho.-----

-----Posto isto, passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2019 DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	LCF	PSD	CDU	CDS	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	8	0	0	0	-	0	1	9
ABSTENÇÕES	0	1	1	1	-	1	0	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	-	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 34/AM/2020:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Lagos referentes ao ano de 2019, nos termos consignados na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 3 de junho de 2020.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL PARA PROMOVER A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19:** Foi dispensada a leitura da documentação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os



Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-629-18.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a respetiva introdução do assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o Grupo Municipal do PSD tem recebido queixas de pais que os filhos não receberam os computadores apesar da Câmara Municipal os ter entregue às escolas, pelo que solicitou que tal situação fosse averiguada por parte da Câmara Municipal. Terminou declarando que a Câmara Municipal de Lagos pode contar com o apoio do PSD no assumir de todas as despesas necessárias realizar para ajudar a combater a pandemia Covid-19.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a documentação enviada pela Câmara Municipal para o presente Ponto da Ordem do Dia, deveria ter vindo acompanhada por um pequeno relatório que quantificasse os valores gastos.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS), em nome do Grupo Municipal do PS, deixou uma mensagem de esperança e de confiança no trabalho e ação desenvolvido pelos lacobrigenses durante a pandemia Covid-19. Disse que pessoa é um agente de saúde pública e deve atuar pela sua saúde e em prol da saúde de todos. Deixou ainda, igualmente uma mensagem de esperança e de confiança para todos aqueles que na Câmara Municipal de Lagos ajudam e incentivam para que as coisas corram pelo melhor. Apresentou um bem-haja à Administração Regional de Saúde do Algarve, pelo trabalho desenvolvido. Deixou uma palavra de apreço aos médicos, enfermeiros, bombeiros, forças de segurança pública e à proteção civil, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da pandemia Covid-19, com o intuito de valorizar o ser humano e a solução dos problemas e não a criação dos problemas. Terminou dizendo que todos estes agentes podem contar com o apoio do PS.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 50 minutos.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....

.....